

# Congresso tratará dívidas dos estados conjuntamente

**BRASÍLIA** — A Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional não tratará separadamente a rolagem da dívida externa dos estados. A decisão, anunciada pelo relator-geral, senador Almir Gabriel (PMDB-PA), representa o primeiro revés sofrido pelos governadores de São Paulo, Orestes Quérzia, e de Minas Gerais, Newton Cardoso, na tentativa de mudar o percentual de 75% definido pelo projeto do Orçamento Geral da União para rolagem das dívidas estaduais contraídas no exterior.

Para evitar um tratamento diferenciado e lucrativo para os dois estados — que têm maior endividamento externo do país — o senador resolveu tomar como parâmetro para a decisão o montante da dívida, interna e externa, de cada estado e o total das obrigações que vencem no próximo ano. Dessa forma, os estados mais pobres que têm maiores problemas com a administração da dívida interna não serão esquecidos.

**Comparar** — De posse destes dados, o senador pretende compará-los com a receita disponível dos governos estaduais no próximo ano, subtraindo-se os recursos provenientes de operações de crédito. Ali começam as dificuldades. Os secretários da Fazenda de Minas e de São Paulo têm resistido em fornecer estes números. Segundo Almir Gabriel, a dificuldade de se resgatar essas receitas nos orçamentos estaduais estão na diferença de critérios usados: alguns já otenizaram estes recursos.

O senador teve a oportunidade de insistir no

pedido pessoalmente junto aos secretários da Fazenda de São Paulo, José Machado Campos Filho, e de Minas Gerais, Luís Fernando Wellisch, na última terça-feira, quando ambos foram levar à comissão os números do estoque de suas dívidas. No mesmo dia, Almir Gabriel e a assessoria técnica da comissão reuniram-se com o secretário do Tesouro, Luís Antônio Gonçalves, e com o secretário de Orçamento e Finanças da Sepplan, José Ribas Netto, para discutir o orçamento das operações oficiais de crédito, onde se inclui a rolagem da dívida dos estados.

**Dificuldade** — Ele ouviu de Gonçalves que o pagamento de 25% das dívidas externas dos estados significa, para a União, uma receita de aproximadamente Cz\$ 500 bilhões, a preço de junho, e uma explicação sobre os critérios usados para se fixar este percentual. E deparou-se com outra dificuldade: os técnicos do governo afirmam que as transferências a serem feitas pelos fundos de participação dos estados e municípios e pela regionalização dos impostos únicos, antes federais, serão superiores ao valor que a União teria que receber como pagamento de 25% das dívidas. Os estados e municípios dizem exatamente o contrário.

Para resolver estas dúvidas, o senador quer ter os números sobre as dívidas externa e interna e, quanto a esta última, o montante dos empréstimos contraídos com aval da União. "O governo federal não sabe qual o peso desse endividamento (sem aval da União) e não pode fazer um juízo completo sobre a capacidade de pagamento dos estados e municípios sem este dado", explicou Gabriel.